

## Erro de origem

CORREIO BRAZILIENSE 06 NOV 1988

O ex-governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, qualifica de ruim a nova Constituição, observando que não sabe o que será do Brasil se o Poder Judiciário não tiver a coragem de realizar um eficiente trabalho jurisdicional sobre muitos dos seus pontos controvertidos. Advogado militante, Magalhães deu-se ao trabalho de analisar meticulosamente o novo texto constitucional, concluindo que, com ele, o atual Congresso mostrou que não estará à altura do momento histórico que vivemos.

A Constituição ao completou, ontem, o seu primeiro mês. Sua experimentação estimulou um ciclo de greves, públicas e privadas, em diferentes pontos do País, assanhando principalmente os setores mais conservadores. A falta de regulamentação do direito de greve é, sem dúvida, um dos pontos mais deficientes do novo texto constitucional.

Habitado a permanente convívio com demandas judiciais, o advogado Roberto Magalhães atribui ao Judiciário a responsabilidade de realizar um trabalho complementar em profundidade que torne a nova Constituição palatável à Nação.

O STF evita julgar o mérito de certas disposições constitucionais, atribuindo ao Tribunal Superior de Justiça o julgamento de questões que bateram às suas portas. Muitos políticos receberam, com preocupação, a postura cautelosa que adotou a Suprema Corte em face de controvérsias suscita-

das pelo novo texto constitucional, argumentando que o Tribunal poderia exercer papel importante na tarefa de dirimir dúvidas de interpretação eventualmente levantadas.

Líderes políticos observam que uma Constituição deve ser produto de consenso, não de batalhas em plenário. Não pode ser fruto da predominância de maiorias eventuais. Este é o exemplo dado pelas Constituições de alguns dos mais civilizados países. Assim foi a experiência colhida pela Constituição espanhola, a que inaugurou uma democracia depois de 45 anos de ditadura franquista.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, reconhece que tivemos uma sucessão de batalhas em plenário nos pontos mais polêmicos do texto constitucional. E que isso não foi bom para o resultado do trabalho. Ibsen está convencido de que, se o vitorioso na disputa pela liderança do PMDB na Constituinte tivesse sido Luís Henrique, não Mário Covas, a Carta teria sido resultado de negociações.

“Teríamos tido pouquíssimas batalhas em plenário”, afirma Ibsen, convicto. O senador Mário Covas, ao invés de exprimir o diversificado leque de eleitores que o elegeram líder na Constituinte, preferiu consolidar alianças com a esquerda e setores mais progressistas, provocando uma reação conservadora que resultou no surgimento do Centrão.